

Destino manifesto ou imperialismo



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

Donald Trump ainda não iniciou seu mandato, que promete ser movimentado, e já retrocedeu mais de 100 anos na história de seu país. Ele retomou o discurso que justifica o chamado destino manifesto (manifest destiny) como uma benção de Deus e entrega aos norte-americanos brancos a missão de expandir seu país para garantir território capaz de prover suas necessidades. Não é retórica. Os Estados Unidos, no seu início, resumiam-se às 13 colônias situadas na costa do Atlântico. Após sucessivas expansões, o país chegou ao Pacífico e ao golfo do México, que pode mudar de nome para Golfo da América.

A história dos Estados Unidos é de uma expansão permanente. O primeiro grande lance foi a compra da Louisiana, em 1803. Os franceses, na época de Napoleão, estavam precisando de dinheiro e decidiram vender por US\$ 15 milhões aquela enorme faixa de terra que, no sentido vertical, ia do Golfo do México até a atual fronteira do Canadá. E controlava a navegação no rio Mississippi. A Louisiana dividia o território norte-americano. A oeste dela se situava o território indígena. Ultrapassada a terra dos franceses, o território indígena foi rapidamente engolido pela Marcha para o Oeste. O presidente Abraham Lincoln baixou vários decretos facilitando a aquisição de terras a oeste, desde que o pioneiro nela ficasse

por, no mínimo, cinco anos. Os filmes de faroeste demonstram o que aconteceu. Os índios pagaram a conta. Foram exterminados.

A Flórida, que pertencia à Espanha, foi comprada pelo governo de Washington em 1819 por US\$ 5 milhões (dinheiro da época) e se transformou no 27º estado norte-americano. O México sofreu os rigores da expansão quando o Texas se declarou independente. Posteriormente, os texanos aderiram ao governo dos Estados Unidos e sobreveio a guerra hispano-americana entre 1846 e 1848, quando as tropas dos Estados Unidos chegaram à cidade do México. Vem daí a expressão gringa. Os soldados norte-americanos usavam uniforme verde. E os mexicanos gritavam: "Green go home". O México perdeu 50% de seu território. Ou a área somada do Texas, Novo México, Arizona, Nevada, Utah, Califórnia e parte do Colorado.

O Alasca foi comprado dos russos em 1867 por US\$ 7,2 milhões — dinheiro da época — porque os vendedores achavam que o território era muito longe de Moscou, difícil de colonizar e dava prejuízo. Os norte-americanos não hesitaram em fazer o negócio e adquirir a enorme área (é o maior estado norte-americano), que hoje constitui a fronteira mais vigiada do mundo. Ali os dois inimigos desde a Guerra Fria, Rússia e Estados Unidos, enfrentam-se e se vigiam 24 horas por dia. O governo dos Estados Unidos concede enormes vantagens financeiras — chega a subsidiar — a quem decidir viver lá.

Com o Panamá, ocorreu processo diferente. O país corresponde ao pequeno istmo que liga a América do Sul à Central. É o local onde os dois oceanos estão mais próximos. Foi o espanhol Vasco Nuñez Balboa que enxergou em 1513, pela primeira vez, o Oceano Pacífico, justamente quando ele visitou as terras hoje conhecidas

como Panamá. A ideia do canal unindo os dois oceanos é antiga e foi desenvolvida pelos franceses quando o território ainda pertencia à Colômbia. Os colombianos não aceitaram construir o canal depois que os franceses desistiram da obra.

Em 3 de novembro de 1903, um movimento separatista proclamou a independência do Panamá em relação à Colômbia. O governo dos Estados Unidos reconheceu de imediato o novo estado e enviou forças navais que impediram a chegada de tropas colombianas para sufocar a rebelião. Quinze dias depois, foi firmado o Tratado Hay-Bunau-Varilla, ratificado pelo governo provisório do Panamá, que concedeu aos Estados Unidos o uso, o controle e a ocupação perpétua da Zona do Canal, uma faixa de 16 km de largura através do istmo do Panamá. Em 1904, reiniciaram-se as obras. O canal foi aberto oficialmente ao tráfego em 15 de agosto de 1914. Hoje, é a principal fonte de renda do governo panamenho.

A área do canal foi durante muitos anos território dos Estados Unidos. Hoje, não é mais. Ali se localizaram bases do Exército norte-americano. Em um dos quartéis, funcionava o aparato de controle dos países sul-americanos. As aulas de tortura e controle das populações eram ministradas lá. Quando Trump, num acesso de sinceridade, manifesta seu objetivo de comprar a Groenlândia, que é território administrado pela Dinamarca, anexar o Canadá e retomar o Canal do Panamá, ele apenas dá sequência ao que os pioneiros pensaram. Eles julgavam deter o mandato de Deus para promover a expansão do próprio território em nome da defesa dos direitos do norte-americano branco. Aqui, em outros tempos, chamava-se esse fenômeno de imperialismo.

Quando a violência veste farda



» JOSÉ NATAL
Jornalista

Estadística não falha, é precisa e verdadeira. Nunca na história de São Paulo e do Brasil, um índice tão alto de registro de casos de violência policial contra pessoas de todas as classes foi comprovado. Predominam chutes, pontapés, socos no estômago e nas costas de gays, pobres e pessoas negras. Entre as vítimas, também muitos marginais e desocupados que perturbam a comunidade e devem ser punidos, sim. Mas não espancados e tratados como sacos de batatas. Nos últimos dias, as imagens de câmeras de rua e de celulares mostraram ao Brasil o comportamento absurdo e inaceitável de um elemento da PM paulista atirando uma pessoa do alto de uma ponte. O policial foi preso, diz a PM.

Não pode e não deve ser considerado normal a polícia atirar pessoas do alto de uma ponte, como também não se pode admitir que qualquer detido pela polícia seja pisoteado, esmurrado, muitas vezes já rendido e estirado no chão. Não é exagero dizer isso, a mídia e imagens da própria polícia apresentam essas provas quase que diariamente nas ruas das cidades brasileiras. Questionados sobre as atitudes bestiais desses policiais, chefes e comandantes enviam à imprensa nota informando que a entidade não tolera atitudes desse porte na corporação e que os envolvidos ficarão em atividades internas.

Em resumo, o camarada espanca o cidadão no meio da rua e recebe como prêmio alguns dias no ar-condicionado e cafezinho na chamada atividade interna, até que se apure o comportamento de cada um. Que a PM não subestime a inteligência do cidadão. Ninguém quer, e não pode querer, que o policial civil ou militar saia por aí dando beijinhos ou entregando flores pra ninguém. O marginal, aquele que agride, rouba e mata, deve ser preso e levado à cadeia. E, depois, julgado e condenado. Nem a benevolência de algum magistrado, que julga, perdoa e solta, pode ser utilizada para que se pratique a chamada justiça pelas próprias mãos.

Ciente dos abusos da força policial, o governador Tarcísio de Freitas, que antes dizia que não estava nem aí, voltou atrás e agora diz que adotará medidas severas. Alguém do seu partido político deve ter soprado no seu ouvido que frases assim costumam dar problema.

Aqui, mais do que nunca, vale lembrar o que disse o ministro da Defesa, José Múcio, dias atrás. Lembra ele que não podemos confundir o CPF do cidadão com o CNPJ da corporação.

O que se pede é muito simples, e fácil de fazer. Basta seguir o protocolo, exercer a profissão como ela exige que seja exercida. Não faz sentido o cidadão sentir medo do policial. Ao contrário, ele deve ser visto como protetor, guardião, um símbolo de segurança. Quem usa uma farda deve saber fazer uso dela e não utilizá-la como escudo que o credencie a bater ou humilhar pessoas.

A corporação da Polícia Militar nada tem a ver com as atitudes de quem se utiliza da farda para ostentar um poder que não tem e se valer dela para esboçar valentias e agressões. A farda, o uniforme do policial, é, nada mais nada menos, do que a sua identidade perante o público e, por ela, deve sempre ter consciência da responsabilidade da função que ocupa. O simbolismo da farda para o militar tem o mesmo peso que o jaleco tem para o médico, e a toga para o magistrado. O erro acontece em todas as profissões. A diferença é que, em algumas delas, o erro pode significar danos irreparáveis, vitimando inocentes.

A estatística pontua com imparcialidade e olhos atentos. Mostra, por exemplo, o que aconteceu em abril de 2019, quando oito policiais com a farda do Exército fuzilaram com 257 tiros o carro de Ewaldo Rosa e membros de sua família quando voltavam de uma festa de aniversário em Guadalupe, região norte do Rio. A operação foi comandada pelo tenente Ítalo da Silva Nunes, que alegou legítima defesa e confundiu o carro das vítimas com outro que conduzia traficantes. O catador de recicláveis Luciano Macedo, que tentou ajudar as vítimas, também morreu baleado. Os policiais foram julgados e condenados a 28 anos de prisão pelo Tribunal Militar. No último dia 18, o ministro do Superior Tribunal Militar Carlos Augusto Amaral, atendendo aos apelos da defesa, reduziu a pena para três anos de prisão, em regime aberto. Alegou o ministro que as provas apresentadas eram irrelevantes, fato que chocou juristas e as famílias enlutadas.

Tudo muito estranho, alguma coisa está fora da ordem. A violência como exceção exige debates. Buscam-se soluções. Como regra, resvala na insanidade e não pode ser admitida em hipótese alguma. Suspeitos de atuações contra a democracia brasileira, militares do Exército foram presos e estão sendo investigados. O que eles supostamente fizeram também entra no capítulo violência. Pela primeira vez na história do país, um general quatro estrelas "comemora" a passagem do ano atrás das grades. Um golpe melancólico do destino. Ano que passou meio cinzento para o verde-oliva. Acontece.



Afonia dos silenciados



» JOSÉ ALBERTO SILVA
Articulista da Frente Negra Gaúcha

Diz-se que o racismo, equívoco da sociologia universal, persiste no prejuízo do Brasil, por termos mais tempo de servidão do que de liberdade. Isso introjetou-se no povo como complexo de vira-latas pela desvalorização de negros e indígenas, para justificar a espoliação de seus membros, mesmo que sobre informações que não enganam mais ninguém de que trabalho e cultura neste país se devem às suas origens. Receia-se, assim, a reivindicação de direitos humanos, que só podem ser contidos à força de fuzis legais e ilegais em escancarado genocídio do negro que não morre.

No esforço pela dignidade, os pais exigem de seus filhos que façam melhor do que os que pensam que são brancos, como disse o Chico Buarque. Silenciados ou impedidos de avançar, desenvolvemos alta qualificação. Se, por um lado, somos travados com maior força pela covardia dos incompetentes; por outro, somos boicotados pelo descrédito que nos impomos, paradoxalmente, não reconhecendo habilidades que pululam em nossos iguais. Não projetamos alívio, confiança em bom atendimento profissional, alegrias pela ajuda mútua e realizações por qualidades visíveis por brancos "de alma pura". Com o espírito de porco, cooptado pela branquitude

perversa, lutamos contra nossos interesses, afônicos ao dar à sociedade branca o que temos de melhor em busca do pão do reconhecimento desproporcional ao nosso merecimento.

Recrudescer o olho concorrente sobre a revolta intelectual negra que se atreve a roubar-lhe espaços, antigamente, seus nichos de realização. Também valorizamo-nos menos, como se a disputa fosse entre nós em busca de uma única vaga para ser exceção à regra. Parecemos inocentes frente à luta nem tão silenciosa rumo a um conflito racial, sem registro porque o negro sabia seu lugar. A graduação sempre foi para poucos, vedada à comunidade majoritária que produzia exceções geniais ou vaidosas. Essas rejeitavam suas origens, para ficarem com a hipocrisia de sorrisos que escondem ranger de dentes ou aplausos que não emitem som.

Um negro graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) era concessão da Isabel, da qual não se sabe de nenhum outro ato de grandeza. Tal exceção negra queria ser ouvida pela negrada, ou se envaidecia de ser uma exceção de alma branca. Sempre, no entanto, a exceção justificava a democracia racial fantasiosa. Ameaça, por cotas, é graduar 36, saindo da subalternidade do trabalho braçal, do salário insustentável, no tanque e na cozinha em condições análogas à escravidão. Aí, torna-se demais. Desde a escravidão "tem sangue retinto pisado atrás do herói emoldurado...", sem reconhecimento, em troca da sobrevivência para termos redentores, como disse a Manguieira, em 2019.

Entre famílias, convivemos por gerações, em clubes, encontros casuais, eventualmente em nossas relações de trabalho. Nosso afeto é enviesado,

uma vez que projetamo-nos conforme a sociedade de carimba, como gente pouco confiável. Nos terreiros de matriz africana, abrimos portas para eles que se instalam em bairros de classe média, onde batucam com permitida estridência até a madrugada em dias de semana. Pretas velhas, por 388 anos, amaram orixás surdos para suas sinetas e tambores, humilhadas enquanto lavavam, cozinhavam, eram amas de leite. Os "espiritualizados" pele clara cobram altos preços a título de dedicação exclusiva, a partir de cursos rápidos da internet, ensinam a conquistar vagas de bons empregos ou a matar a concorrência de uma vez. No samba, jovencinhos alourados são mestres de bateria, sem nunca haverem tocado um tamborim, mas dizem descender da Tia Ciata.

Aceitamos, alegando perda de voz em ouvidos moucos. Bestializados pela opressão que mata, despersonaliza, anula ou enlouquece, silenciados, perdemos a memória de nossas origens nas periferias, lugar de lanhos curados com sal cristão que enriquece e faz a pose de uma grandeza eurocêntrica baseada no saque da África e da Ásia. Negamos lembrança de sambistas espancados pela polícia, conforme a lei antivadiagem. Estamos custando a ter respeito uns pelos outros, não é mesmo? Nosso adoecimento coletivo, marcado a ferro, fome e violência, impede-nos de ouvir organizações rivais gritando: despertar! Outros, para atingirem objetivos, devem se alinhar à dependência de sua vontade, os negros devem se submeter a uma série de "considerandos", visíveis e invisíveis, com nenhum sob seus domínios. Inconformidade com isso é doentio ou tendência à criminalidade. A pergunta é: como recuperar nossas vozes africanas?